

MAL-ENTENDIDOS DA GREVE ¹

Naomar de Almeida Filho, Reitor da UFBA

Soubemos, através de vários veículos de imprensa, que uma assembléia estudantil aprovara moção de repúdio, manifestando “total indignação” por supostas declarações do Reitor à imprensa. Segundo distintas reportagens, os estudantes sentiram-se “ofendidos” porque ele teria dito que “o comando de greve estaria criando alvoroço” e que os estudantes eram “baderneiros” e “mentirosos”. Em reunião do Conselho Universitário, um representante do movimento estudantil afirmou que o movimento estudantil foi agredido e adicionou outro epíteto às supostas declarações do Reitor: “estudantes irresponsáveis”.

O Reitor desmente frontalmente todas estas acusações. Primeiro: nenhum desses adjetivos jamais constou de qualquer declaração por ele emitida, em público ou privado, sobre os estudantes e seu movimento. Segundo: nunca fez qualquer referência, por escrito ou verbal, ao comando de greve e aos assuntos internos da política estudantil. Terceiro: o Reitor mantém enorme respeito pela mobilização dos estudantes e não perdeu qualquer oportunidade de declarar isto em alto e bom som.

* * *

Aparentemente o mal-entendido foi gerado por entrevista recente, em que eu comentava a desinformação sobre o debate da reforma universitária entre os estudantes e a população. Disse isto com base no fato de que a maioria dos estudantes (numerosos – com quem estive conversando em reuniões e assembléias nas unidades) desconhecia a posição oficial atual do MEC sobre a reforma universitária. Com a melhor das intenções, os estudantes citavam projetos de lei que tangenciam (em maior ou menor escala) a universidade e alguns documentos do Banco Mundial e do FMI, além de antigos textos oficiais de governo, já repudiados pelo Ministro Tarso Genro e sua equipe, que no passado propuseram alguma forma de ensino pago ou privatização do ensino superior.

O que me preocupava sobremaneira era a omissão, nos debates àquele momento, do único documento oficial do MEC, divulgado havia quase dois meses, intitulado “Diretrizes do MEC para a Reforma Universitária”. Com base em uma análise desse documento (único oficial, àquela altura), concluí que o seu teor não podia de modo algum justificar a versão de que as propostas de mudança do ensino superior em discussão no Brasil, mas ainda sem Projeto de Lei específico, configurariam uma “Reforma Universitária de Lula e do FMI”, negociada e implementada de modo camuflado e sub-reptício. A parte mais polêmica da minha entrevista, creio, foi ter dito que esta versão da realidade configuraria uma “teoria conspiratória da reforma” fomentada por “setores interessados em barrar o processo da reforma”.

¹ - Texto inédito, escrito em agosto/2004. Não foi encaminhado ao movimento estudantil em função da ruptura provocada pela invasão e ocupação da Reitoria.

Não como Reitor, mas sim como professor universitário e pesquisador, cioso e responsável por minhas opiniões, gostaria de apresentar um sincero pedido de desculpas a todos os que se sentiram ofendidos pelas declarações emitidas (as verdadeiras, não aquelas supostamente a mim atribuídas). Mas sinceramente não sei como é possível qualquer sujeito individual ou coletivo, em sã e boa consciência, sentir-se atingido moralmente por referências de natureza tão precisa e clara como as minhas posições públicas sobre a matéria, formuladas com base em análises de contexto e de documentos.

De todo modo, penso ser esta uma valiosa oportunidade para, com brevidade, aprofundarmos a análise da questão, com ajuda do trabalho de revisão de Fenster (1999), avaliando o que poderia ser uma teoria conspiratória da reforma universitária e suas possíveis repercussões.

A mais antiga exposição de uma concepção conspiratória da história origina-se de uma obra surgida em 1797, intitulada *Mémoire pour servir à l'histoire du Jacobinisme*, do abade Augustine Barruel. Segundo esse representante do clero, defensor do antigo regime, a Revolução Francesa de 1789 foi resultado de uma longa e duradoura conspiração rosacruz e franco-maçônica que tinha raízes ainda no tempo das Cruzadas.

A moderna “teoria da conspiração” surgiu no início do Século XX, forjada em 1903 pelo monge ortodoxo russo Sergei Nilus, através do panfleto “Os Protocolos dos Sábios de Sião”. Nesse texto, denunciava-se a ação clandestina de um suposto complô, organizado pelo povo judeu, para dominar a política e a economia mundial.

O fascismo e o nazismo reforçaram muitos elementos dessa “teoria” (entre aspas porque tecnicamente não se trata de uma teoria senso-estrito) para justificar suas políticas de limpeza étnica. No contexto da Guerra Fria, o macarthismo reviveu nos EUA a lógica da suspeita e indiciamento generalizado para operar sua caça às bruxas como defesa contra o que supunham uma conspiração comunista (Fenster 1999).

No mundo contemporâneo, tanto a extrema esquerda como a extrema direita continuam a fazer largo uso de teorias conspirativas (ameaças maquinadas pelo capitalismo, imperialismo, sionismo ou comunismo) para justificar políticas repressivas e autoritárias. A interpretação “conspiratória” do mundo e da história subsidia algumas táticas políticas básicas, que infelizmente temos visto em operação na nossa universidade.

Primeiro, para angariar adesões, vieses de informações são usados como indícios da conspiração – a “teoria” recolhe todos os traços de suspeita e oculta todas as evidências em contrário.

Segundo, identificação (ou invenção) de inimigos altamente secretos (Cabala, CIA, Maçonaria, FMI) ou altamente visíveis (no caso: Lula, Palocci, Dirceu, Tarso, o Reitor).

Terceiro, fixação de bastiões de resistência heróica contra a suposta ofensiva hegemônica (“*no pasarán!* vamos barrar aqui o avanço deles”).

Por último, chantagens e golpes de força, raramente usando a lógica da negociação, resvalam no totalitarismo nas ações políticas.

Enfim, a atuação resultante dessa “teoria” estrutura-se a partir da negatividade plena, posicionando-se quase sempre como “do contra”: contra processos, contra propostas, contra iniciativas, contra reformas.

Vejam uma síntese do que poderia ser uma “teoria conspiratória da reforma universitária”. Os destinos do país, do governo brasileiro, da universidade pública e de todos nós já estaria decidido nos gabinetes do FMI e do Banco Mundial ou pelos governos do G-5. Acordos secretos teriam sido celebrados e, em troca de ajustes macro-econômicos,

concordou-se com o sacrifício das políticas sociais, incluindo nisso a privatização da universidade pública brasileira. Não haveria no momento projeto de lei de Reforma Universitária do MEC na pauta do Congresso Nacional simplesmente porque a reforma do ensino já vem sendo engendrada, desde há muito tempo, sem conhecimento nem da população nem dos professores, servidores e estudantes. Dando continuidade ao “projeto neoliberal de Paulo Renato e FHC”, a “reforma universitária de Lula e do FMI” estaria chegando de modo fatiado, disfarçada através dos Projetos de Lei Parceria Público-Privado, de Inovação Tecnológica, do PROUNI e de Ação Afirmativa, em pautas do Congresso Nacional.

Como fundamento de prova da suposta conspiração, arrolam-se antigos documentos oficiais (ou não) e projetos legislativos dentre os milhares propostos pelos parlamentares. Dentre esses, o mais citado é a PEC 217, que realmente propunha um tipo de imposto retroativo da educação, mas que nunca entrou na pauta congressual.

Apresento agora uma posição pessoal sobre o assunto:

Primeiro, essa “teoria conspiratória” da reforma universitária repousa sobre uma concepção simplista, maniqueísta e maquiavélica da sociedade e do Estado moderno. Segundo, qualquer projeto consistente e sensato de transformação social e reforma institucional passa pela constatação de que o Estado nos países democráticos não é de modo algum um bloco monolítico. Terceiro, visando identificar núcleos e setores mais progressistas que, portanto, podem ser aliados nos projetos de transformação que queremos, precisamos considerar a complexidade das estruturas e forças sociais e políticas que compõem o governo e conformam o Estado.

Objetivamente, as diretrizes publicadas pelo MEC em 2004 não justificavam qualquer versão conspirativa da reforma universitária. Pelo contrário, enfatizavam a autonomia, a gratuidade e a inclusão social, além de propor mudanças importantes na estrutura de ensino. Declarei à imprensa (e reafirmo esta opinião) que não acredito que o Ministro Tarso Genro e sua equipe seriam desonestos (e conspiratórios) a ponto de enganar a todos com documentos oficiais que, com clareza, explicitam e valorizam o caráter público da universidade para, num futuro incerto, pretender privatizar a universidade.

Há mais pontos positivos que negativos no documento das Diretrizes do MEC. De melhor, em minha opinião, é a ênfase na autonomia institucional e financeira e a ênfase no papel social das universidades, valorizando o conceito de extensão. Também concordo muito com o questionamento da atual estrutura de gestão. O documento indicava com precisão a necessidade de substituir o velho sistema departamental por estruturas mais modernas de gestão.

Gostei muito também da ênfase na avaliação e monitoramento do sistema, com planejamento estratégico e orçamentação com base em metas, fiscalizado por um Conselho Consultivo de Planejamento e Gestão composto por gestores, docentes, servidores e alunos e com a participação representativa da sociedade civil. Além disso, o sistema de financiamento proposto é atraente e consistente.

O escamoteamento do documento Diretrizes do MEC do processo de debate é um bom exemplo de viés de informação. Ao contrário do que creem muitos estudantes que o desconhecem, o MEC atualmente não postula a implantação do ensino pago. O documento Diretrizes é claro e explícito: "Garantia de manutenção da gratuidade em estabelecimentos oficiais de ensino superior." Até acolhe a sugestão da Andifes de subvinculação de 75% dos 18% de tributos obrigatórios da União a serem aplicados no sistema das universidades federais, sendo 70% para manutenção básica e 5% para

investimentos e programas de expansão, principalmente cursos noturnos, exclusivamente do orçamento federal.

Enfim, sou totalmente a favor de uma Reforma Universitária urgente. Espero que uma Reforma Universitária radical e verdadeira promova ou propicie mudanças substantivas nas universidades, principalmente na estrutura de gestão e nos modelos de ensino. O Brasil não pode mais uma vez perder o bonde da história. E quanto ao movimento estudantil, continuo acreditando que ele saberá mover-se na hora certa e na direção do futuro, discutindo, debatendo e colaborando para construir um projeto consequente de reforma do ensino superior em nosso país. Aposto muito na vontade dos jovens de mudar o mundo em geral e o mundo da Universidade.